

Itamar aprova linhas do novo plano

Economia - Brasil

■ Proposta vai agora ao Congresso, mas Fernando Henrique admite rever aumento de impostos para não prejudicar classe média

Brasília — Arnildo Schulz

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco aprovou ontem o detalhamento dos cortes do orçamento de 1994, calculados em CR\$ 22 bilhões, e as demais medidas do ajuste apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, inclusive a sobretaxa nas alíquotas de impostos. A proposta agora será encaminhada ao Congresso Nacional. O novo projeto de orçamento, que prevê o equilíbrio orçamentário no próximo ano, foi apresentado ao presidente em reunião a que compareceram Fernando Henrique; o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann; e o ministro da Previdência Social, Antônio Britto.

Ao aprovar o orçamento sem déficit, o presidente aprovou também o aumento das alíquotas do Imposto de Renda em 5%, medida necessária para gerar os US\$ 3,8 bilhões necessários ao equilíbrio entre receitas e despesas. O presidente foi informado ainda sobre as linhas gerais da reforma administrativa, que deverá extinguir três ministérios, fundir outros três e descentralizar 26 órgãos federais. O presidente pediu pressa nos estudos, que serão objeto de análise uma reunião interministerial na próxima terça-feira.

Avaliação — O ministro Fernando Henrique prometeu estudar, antes de adotar a sobretaxa aos impostos, a proposta feita ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), de que o acréscimo de 5% nos tributos federais para 1994 seja aplicado seletivamente e não sobre todos os impostos, como quer a equipe econômica. A idéia é evitar o aumento da carga tributária para a classe média, deixando de estender a sobretaxa, por exemplo, ao IR das pessoas físicas. “Esta mudança é importante para a alavancagem política da proposta no Congresso”, explicou Freire. A proposta será estudada pelo assessor especial do ministro Edmar Bacha.

“Houve uma reunião há algumas semanas no Palácio do Planalto em que ficou acertado que o governo iria propor o aumento da tributação apenas para os setores onde há margem para isso”, argumentou. Ele confirmou que, nesse sentido, o governo vai aumentar de 23% para 30% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras.

Empresários — Outra proposta de Freire partiu dos empresários. A proposta é aumentar a alíquota do IPMF, que deverá voltar a ser cobrado a partir de janeiro com a alíquota de 0,25%. Para atenuar o aumento de imposto para a classe média, seria permitido aos assalariados deduzirem o IPMF da declaração anual do IR.

Fernando Henrique e Freire acertaram os pontos sobre a estratégia para a negociação da proposta de ajuste orçamentário em um longo almoço ontem, do qual participaram também o assessor especial Edmar Bacha e o secretário adjunto do Ministério do Planejamento, Raul Jungmann. Freire, que na véspera havia criticado a falta de entrosamento dentro do governo para vencer a batalha do orçamento, mudou o tom de seu discurso.

Na terça-feira, Freire estava muito pessimista a respeito das possibilidades de aprovação da proposta de ajuste orçamentário apresentada na semana passada pelo ministro da Fazenda. Mas depois de sentir a disposição para a negociação saiu mais animado.

O governo está disposto a recuar na proposta de elevação das alíquotas de alguns impostos, desde que o Congresso encontre alternativas para gerar novas receitas que garantam a eliminação do déficit fiscal, mas na avaliação de Freire, na questão da suspensão parcial das transferências constitucionais para estados e municípios, é mais complicado o entendimento.



Fritsch (E), Bacha, Britto, Fernando Henrique, Itamar e Jungmann analisaram o detalhamento dos cortes para o orçamento do ano que vem